

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Dieese, 50 anos fazendo história (DIEESE)

Uma vida dedicada aos trabalhadores

História de [Artur Henrique da Silva Santos](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 13/05/2019

Projeto: Memória DIEESE 50 Anos

Entrevistado por: Marcelo Fonseca e Carolina Ruy

Depoimento de: Artur Henrique da Silva Santos

Local: São Paulo

Data: 06/11/2006

Realização: Museu da Pessoa

Código: DIEESE_HV021

Transcrito por: Susy Ramos

Revisado por: Carolina Araujo Forléo

P/1 – Gostaria que você começasse falando seu nome completo, o local e data de nascimento.

R – Artur Henrique da Silva Santos, 26 de junho de 1961, São Paulo.

P/1 – Artur, qual é o nome dos seus pais?

R – Meu pai é Artur dos Santos e minha mãe é Maria Isabel Nobreza da Silva.

P/1 – Qual é ou era a atividade deles? O que eles faziam?

R – Meu pai trabalhava no comércio, vendas em uma papelaria, e a minha mãe em casa, do lar, trabalhadora doméstica.

P/1 – Você tem mais irmãos?

R – Não, filho único.

P/1 – Você prefere que te chame como? Você, senhor, Artur?

R – Artur.

P/1 – Artur, me fala como era a sua infância: o bairro que você morava, a rua, descreve um pouco pra gente.

R – Eu nasci em São Paulo, aqui na rua Caraibas, morei toda a minha infância na rua Caraibas que é em frente ao campo do Palmeiras – talvez daí a minha ligação com o time, eu sou palmeirense. Uma rua na Vila Pompeia, em 1961, uma rua tranquila, sossegada, não tinha tanto prédio como tem hoje, eram mais casas. Tive uma infância relativamente boa, sossegada apesar de muito difícil. Meu pai trabalhava nessa papelaria na mesma rua onde a gente morava; minha mãe trabalhava como empregada doméstica e nós morávamos no fundo de uma casa onde minha mãe trabalhava como empregada doméstica. Morávamos, portanto, no fundo dessa casa. Tive oportunidade de estudar em colégios públicos ali na região mesmo, na própria Vila Pompéia e depois fui fazer curso técnico em Osasco, na Fundação Instituto Tecnológico de Osasco. Na dúvida se fazia eletrônica ou eletrotécnica, acabei fazendo eletrotécnica no Instituto Tecnológico de Osasco, mas não atuava nessa área ainda quando acabou o curso. Entrei também, por conta desse trabalho do meu pai, entrei no primeiro emprego, com 18 anos, que era trabalhar nessa papelaria. Ela fazia acordo com o MEC na época e vendia material escolar do MEC em algumas Kombis espalhadas pela cidade e eu era um dos vendedores. Ia com a Kombi, parava na avenida Paulista, abria as portas e vendia material escolar, Atlas, papel, livro. Pra quem tinha 18 anos, era o primeiro emprego, depois fechava a Kombi, botava tudo dentro e levava a Kombi de volta, no outro dia... Essa foi a primeira experiência profissional.

P/1 – Retomando, você começou a estudar... Como foi?

R – Comecei a estudar já com 7 anos, com oito, ali no bairro mesmo. Chamava Colégio Miss Brown, era uma escola primária. O ginásio também estadual, público, também na rua Cayowaá que é no mesmo bairro, bairro da Pompeia, e foi isso.

P/1 – Tem alguma lembrança marcante dessa sua infância, da escola?

R – Muita brincadeira, não tinha muita preocupação, era uma situação de jovem ou de pré-adolescente, quebrava muito osso, quebrei duas vezes o braço, quase cortei o pulso numa garrafa de guaraná quebrada no colégio, coisas de acidentes físicos que lembram mais não sei se pela dor, mas coisas desse tipo. Uma infância normal.

P/1 – E quando você começou a trabalhar, como foi pra você? Como você organizava sua vida, como era?

R – Quando comecei a trabalhar sempre vinha aquele problema: se mantém o trabalho, se estuda, se dá continuidade aos estudos... Como que compatibiliza o trabalho e ao mesmo tempo os estudos. Com a situação de casa ficava impedido de você só fazer estudo e tinha que sair pra poder trabalhar e ajudar em casa no orçamento doméstico. Tive que começar a trabalhar com a perspectiva de estudar à noite, em Osasco, e ir trabalhar durante o dia nessa papelaria. Depois acabou essa fase de trabalhar vendendo material do MEC e fui trabalhar na própria papelaria internamente. Depois acabei entrando numa empresa pra ser comprador de material elétrico e foi quando tive a oportunidade de começar a estudar de noite e trabalhar durante o dia. No começo é uma situação complicada porque tem que se acostumar com os horários, estudar em Osasco à noite, saía de lá 11h30 da noite, era uma coisa...

P/1 – Era o ensino médio?

R – Ensino médio nível técnico. Mas acostuma, aí vai trabalhar durante o dia e estudar à noite em Osasco.

P/1 – Você trabalhou como comprador e como foi essa evolução?

R – Na verdade eu comecei como auxiliar de compras. Era uma empresa que fazia coletores, turbinas de ignição, materiais elétricos, e, pra

veículos automotores, autopeças. Comecei a pegar a manha e conhecer um pouco mais do trabalho de auxiliar de compras, o comprador acabou saindo da empresa, se aposentou e eu assumi o Departamento de Compras. Foi muito desgastante porque tinha 19 anos, 20 anos, assumindo um Departamento de Compras onde a pressão era muito forte. Era uma empresa que produzia coletores e me lembro bem que era uma situação de pressão muito forte. Tinha uma reunião mensal dos gerentes da empresa e como era uma empresa pequena, participava também o dono da empresa. Com o relatório de produção na mão o gerente vinha fazendo cobrança de quem é que não tinha cumprido com a sua parte. Invariavelmente, como eu estava novinho, começando naquele momento, sentia que todo mundo tirava o dele da reta pra poder fazer uma apresentação pro presidente da empresa porque não tinha cumprido com determinada meta, alguma coisa assim. Me lembro de reuniões que o pessoal fazia: “Não fizemos porque o Departamento de Compras não comprou determinado fio, determinada peça que precisava” e as coisas sempre vinham... Comecei a ficar um pouco mais esperto, comecei a me preparar pra essas reuniões, comecei a levantar algumas coisas e ia pra essas reuniões já com uma outra visão, tipo: “Foi comprado, está desde o dia tal no almoxarifado”. Ou seja, você ia se preparando pra uma disputa que estava colocada ali na empresa que pra quem estava começando a trabalhar não estava acostumado com isso. Foi uma experiência muito importante do ponto de vista pessoal, apesar de ser desgastante, pressão em cima, mas foi uma experiência muito interessante.

P/1 – Essa experiência já te despertou o interesse pros movimentos sociais, sindicais ou você acha que não foi aí?

R – Acho que aí tenha sido talvez um pouco da base porque como comprador tinha que andar na empresa toda e ela tinha uma parte de produção. Ficar olhando aquele pessoal o dia inteiro fazendo, principalmente na estamparia, peças – porque uma coisa é você comprar peças, comprar matéria-prima pra fazer determinada peça, outra coisa é ver o trabalho que se desenvolve na área de produção. Eu cheguei a ver uma pessoa perder um dedo em uma das prensas quando estava andando na produção e são coisas que vão te marcando, quer dizer, a pressão sobre os trabalhadores, tinha lá o controlador de produção que era a pessoa que ficava com a prancheta na mão controlando em quantos minutos a pessoa realizava determinada tarefa e tem uma meta pra cumprir. Toda empresa metalúrgica era assim. Hoje, evidentemente, deve ter controle por computador, mas naquela época o pessoal ficava lá: o controlador de produção com a pranchetinha na mão. E você sentia, desde aquele momento talvez eu não tivesse, não fazia uma ligação disso com luta de classe, com o movimento social, movimento sindical, nada disso, mas sentia uma situação bastante complicada do ponto de vista da pressão daquelas pessoas que trabalhavam ali. Era interessante porque na hora do almoço eu procurava conversar com essas pessoas da produção e não com o pessoal de escritório; como eu era comprador, eu era da área de escritório e não da área de produção. Na hora do almoço gostava de almoçar e comia com o pessoal da produção. Eu via que não era uma coisa muito natural porque o pessoal do escritório comia separado do pessoal da produção, mas eu acho que ali começou uma base de ligação, vamos dizer assim, mesmo sem saber, mas talvez o início de uma preocupação em conhecer melhor aquelas pessoas, saber o que elas faziam, saber por que a pressão era tão grande sobre elas, sobre mim lá em cima. Porque a pressão não é a mesma, evidentemente, mas eu estou chamando a atenção que do mesmo jeito que lá no escritório tinha a pressão dos gerentes das outras áreas pra culpar alguém pelo não cumprimento de algumas metas, ali embaixo também era uma pressão pra cumprir meta. Acho que essas coisas foram marcando a tua vida do ponto de vista... Mas não diria que começou ali, começa com a mudança pra Campinas. Meu pai arruma um emprego em Campinas, no shopping center, em 1979. Em 1979, meu pai arruma emprego num shopping center em Campinas, chamado Shopping Center Iguatemi que era um grande shopping center que ia ter na cidade, e estavam precisando de um gerente de papelaria pra montar a papelaria numa grande loja de departamentos chamada Sandiz, na época. Diminutivo de Santos Diniz que é o Abílio dos Santos Diniz, chamava Sandiz a loja. Meu pai, família grande – eu, meu pai e minha mãe, família grande, enorme – fizemos uma reunião familiar pra decidir se a gente mudava pra Campinas ou não mudava pra Campinas. Decidimos que vamos tentar a vida em Campinas, minha mãe também já estava cansada de trabalhar de empregada doméstica, essa coisa toda, vamos tentar a vida, era um salário bom. Meu pai fez 50 anos na época, fez uma fala com o gerente dessa empresa dizendo que ele ia mudar com a família toda pra Campinas, que era uma vida nova e ele queria ter o mínimo garantido, queria continuar trabalhando ali e tal. Ele deu todas as garantias: “Não, você pode vir, mudar com a sua família”. Ele montou a área de papelaria do shopping, dois anos depois, com tudo montadinho, tudo funcionando, pé no traseiro, foi demitido já com 52 anos de idade. Crise em casa...

P/1 – Em Campinas?

R – Em Campinas. Quando mudou pra Campinas, o salário que ele ganhava e o que eu ganhava nessa empresa que eu vim trabalhar como comprador – era uma empresa de alarmes industriais e residenciais – o salário dos dois dava pra pagar o apartamento que a gente tinha alugado em Campinas. Compramos um apartamento em construção e dois anos depois meu pai foi demitido. Crise na família, minha mãe voltou a trabalhar como empregada doméstica, meu pai queria se matar pra poder quitar o apartamento, aquela coisa de desempregado, não arruma mais emprego, 52 anos de idade, se achando o pior dos seres humanos, achava que se se matasse ia zerar a dívida do apartamento que a gente tinha comprado. Eu, desesperado, falava pra minha mãe: “Meu pai tem que tomar cuidado” “Pode parar, esse aí quanto mais fala que vai se matar, não mata não, pode ficar tranquilo!”. Minha mãe sempre foi uma pessoa muito mais ousada, voltou a trabalhar, pé no chão, voltou a trabalhar de empregada doméstica e a gente tocando a vida pra poder pagar o apartamento que a gente tinha recém comprado. Pagar em 180 meses, 18 anos de financiamento. Depois eu saí dessa empresa de alarmes, como comprador, e fiz um concurso pra entrar na Cpfl, que é a Companhia Paulista de Força e Luz. Era uma empresa, na época, estatal do setor de energia elétrica, e aí que a vida mudou da água pro vinho porque, pra você ter uma idéia, era Cruzados Novos, mas eu ganhava como comprador 53 mil cruzados novos e fui trabalhar na Cpfl ganhando 260 mil cruzados novos. Era cinco vezes mais do que o que eu ganhava como comprador, então era um emprego maravilhoso. A gente conseguiu estabilizar um pouco a situação da família, conseguimos pagar o apartamento, tinha duas ou três prestações atrasadas, conseguimos botar as coisas mais ou menos em ordem. Meu pai não arrumava emprego, a minha mãe trabalhando como empregada doméstica e nessa empresa mesmo alguns amigos falaram: “Por que você não abre uma banca de jornal?”. Foi interessante, como eu saí de São Paulo, em São Paulo dono de banca de jornal tem uma coisa meio preconceituosa porque tem muito dono de banca de jornal que ou tem alguma deficiência física, parece que dão prioridade pra donos de banca de jornal que tenham alguma deficiência, nunca foi uma área que a gente pensasse em ter um comércio ou fazer alguma coisa. Sei

que começamos a pesquisar essa história de montar uma banca de jornal e meu pai e minha mãe: “Essa idéia é boa, vamos ver como vai ser!”, montamos uma banca de jornal. E ficou aí 18 anos, mais ou menos 18 anos com a banca de jornal crescendo, voltaram duas vezes pra Portugal pra visitar a família com o dinheiro da banca, aquele negócio que evidentemente não tem sábado, não tem domingo, não tem nada, tem que acordar todo dia às 5 horas da manhã, tem que estar lá com o jornalzinho pronto às 6 horas pro primeiro freguês, mas como os dois tomavam conta do negócio, acabou sendo uma forma de estabilização pra eles. Até amizade, constituíram uma amizade muito grande em Campinas, ficamos lá 18 anos com a banca de jornal da Dona Isa, que é o nome da minha mãe, ficando famosa no bairro. E foi praticamente durante esse período que eu, entrando na Cpfl, na Companhia Paulista de Força e Luz, me dei conta de que quando entrei ali tinha uma coisa interessante, chamava-se, era na época do Montoro, era aquele negócio de gestão participativa. Estava no auge o debate sobre gestão participativa por objetivos, por projetos e tal, e existia nas empresas estatais do Estado de São Paulo um negócio chamado Conselho de Representantes dos Empregados. Toda empresa estatal tinha um Conselho e quando eu entrei na Cpfl, a primeira coisa, o pessoal veio fazer o que eles chamam de primeira reunião com os novos funcionários explicando o que era a empresa e me apresentaram isso e no segundo dia teve uma reunião desse tal Conselho de Representante dos Empregados e o pessoal me explicando o que era o Conselho: que era pra discutir a gestão da empresa, críticas e sugestões dos trabalhadores... Eu achava aquilo o máximo! Tinha vindo de um setor privado, um cara que perdeu o dedo, com pressão sobre os trabalhadores pra cumprir meta, não sei o que e tal e entrei numa empresa que tinha um negócio chamado “participação dos trabalhadores na decisão da empresa”. Ali eu acho que começou a mosca verde ou o bichinho dos movimentos sociais: “Acho que aqui é interessante atuar, esse espaço é de fácil participação” e isso foi já quando entrei na Cpfl. Estava em 1981, a primeira eleição que teve desse Conselho que eu participei já foi em 1983, aí tinha um companheiro nosso...

P/1 – Em 1983, você tinha 20 anos?

R – Em 1981 eu tinha 20, 19 pra 20 anos. Entrei na Cpfl em 13 de outubro de 1981.

P/1 – Só pra esclarecer, Cpfl é...

R – Companhia Paulista de Força e Luz. É uma empresa de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na época era uma empresa estatal controlada pelo Governo do Estado e essa empresa tinha na época 7.500 trabalhadores e atuava em todo o interior do estado de São Paulo: Campinas, Bauru, Americana e até São José do Rio Preto, todo o interior, Ribeirão. Entrei nessa empresa em 1981 como técnico em eletrotécnica que era a formação que eu tinha feito em Osasco e, pela primeira vez, eu estava atuando na minha área de estudo, porque como comprador você não atuava como técnico, mas eu precisava trabalhar... Entrei como técnico, eletrotécnico nessa empresa, comecei a aprender sobre energia elétrica, medidores de energia elétrica, mas comecei também a participar desses movimentos internos que a empresa propiciava de Conselho de Representantes no setor e tal. Em 1983, dois anos depois, tem um companheiro nosso que foi da Direção Nacional da CUT [Central Única dos Trabalhadores], Secretário de Relações Internacionais, que trabalhou nessa empresa durante muito tempo nessa empresa junto comigo, e no final de 1982 ele falou: “Você parece que leva jeito pra representar os trabalhadores. O que você acha de representar?” “Não, acabei de entrar na empresa em 1981, um ano, nós estamos em 1982, eu quero crescer na empresa”. Eu gostava de discutir, de conversar com as pessoas, mas pelo menos não estava colocado em meus planos naquela época, em 1982, participar desse processo. No ano de 1983 nós tivemos muita discussão interna na empresa sobre plano de cargos e salários e uma disputa muito forte entre as áreas, entre os vários níveis gerenciais. Tinha uma briga entre os gerentes porque só podia ser gerente ou coordenador de área quem fosse engenheiro. Eu dizia: “Tem muito técnico aqui que tem muito mais experiência que engenheiro recém-formado e eu acho que tem que dar também oportunidade pros técnicos”. E foi uma luta nessa questão específica naquele momento, a gente acabou ganhando, conseguimos criar o cargo Técnico Especializado que era uma pessoa que não tinha condição de fazer engenharia, mas que tinha experiência maior até do que um próprio engenheiro e que poderia ocupar um cargo de gerência – quem é que disse que só engenheiro pode ocupar cargo de gerência numa empresa? E eu acho que foi isso que começou a ganhar, as pessoas começaram a olhar e falavam que era uma pessoa que fala bem, gosta de conversar, se dá bem com todo mundo. Eu sempre tive uma característica interessante, conhecia todo mundo da minha área. O meu setor tinha 68 funcionários, trabalhadores, nesse departamento que eu trabalhava e eu sabia todo mundo pelo nome completo, conhecia as pessoas todas, muita conversa. Em 1983, teve eleição e eu fui eleito como representante do meu setor, o setor do Departamento de Consumidores no Conselho de Representantes dos Empregados. Acho que ali começou, na verdade, uma preocupação de participar mesmo ali no microcosmo, no meu mundinho da Cpfl, no mundinho do meu Departamento, mas já tinha um olhar de defesa dos trabalhadores, dos interesses dos trabalhadores, as disputas que existiam dentro da empresa com gerentes e, como dizem, classe gerencial, os coordenadores de área. Foi ali que começou, na verdade, eu comecei a ver que eu tinha uma escolha pra fazer: ou eu ficava na empresa e tentava passar 20 anos ali como técnico em eletrotécnica, talvez me transformado em uma carreira em Técnico Especializado que eu tinha brigado a um tempo atrás pra garantir, eu iria me tornar depois de 20 anos um Técnico Especializado, ou eu tentava me aprimorar e atuar cada vez mais nessa área com os trabalhadores da minha área. No ano seguinte eu fui eleito pra representar os trabalhadores do Departamento, em 1984, aí era o Departamento inteiro, envolvia 500 pessoas, fui eleito com 70, 80% dos votos. Começou a ter uma representatividade na minha área de trabalho, mas até aí pouca ligação com o sindicato, era uma coisa muito interna da empresa.

P/1 – Não era vinculado a nenhum sindicato?

R – Na verdade você tinha pessoas nesse Conselho que participavam de uma oposição sindical ao sindicato. Já tinham participado de uma eleição anterior e foi aí que eu conheci o pessoal do sindicato que queria montar uma chapa de oposição ao sindicato. Em 1984, montaram uma chapa, me convidaram pra participar, mas eu achei que tinha que ficar no CRE – Conselho de Representantes dos Empregados – e apoiei a

chapa de oposição que foi criada em 1984. Até hoje todos nós achamos que ganhamos aquela eleição, mas não levamos porque foi uma eleição fraudada no correio – naquela época no nosso sindicato tinha voto por correspondência. Uma coisa que o pessoal votava e segundo consta, um dia a história vai contar, mas foram trocados vários votos no correio, numa caixa postal que tinha que mandar o voto pra caixa postal. Ganhamos a eleição, mas nós não levamos, ou seja, continuamos na oposição sindical. Isso foi em 1984. Eu já estava totalmente envolvido com o CRE, com o Conselho de Representantes dos Empregados, já fui eleito pra chapa na empresa como um todo, fui Secretário Geral do CRE que era esse Conselho de Representantes, já discutia num nível gerencial, discutia tudo: desde trabalhadores com dificuldade financeira e tinha muito agiota dentro da empresa que cobrava juros e a gente tinha o papel de tentar minimizar os problemas que isso causava dentro das empresas até cuidar de problemas familiares, problemas pessoais – parecia um escritório de psicologia – além de discutir questões sérias da empresa como gestão, prioridade de investimento, era um espaço importante de participação dos trabalhadores. Até hoje a gente tem esse espaço, mesmo a empresa sendo privatizada. De 1984 até 1987 nós construímos uma oposição sindical e em 1987 ganhamos o sindicato. Dessa vez eu fiz parte da chapa.

P/1 – Qual era a chapa?

R – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas. Na época chamava Sindicato dos Eletricitários de Campinas, mas na verdade eram 435 municípios, pegava todo o interior do Estado. Vencemos a eleição em 1987, eu era Diretor Suplente, meu primeiro cargo de dirigente sindical, meu papel era arrumar novos sócios e andava na gaveta do meu local de trabalho com reserva pra colônia de férias. Reserva pra colônia de férias e ficha de filiação sindical que era o papel de um dirigente sem pasta, suplente e tal. Foi aí que começou a minha vida sindical, em 1987.

P/1 – Uma curiosidade, seus pais são portugueses, né? Na sua casa, no seu ambiente familiar, essa questão da justiça social estava colocada ou não?

R – Eu acho que sim. Tem uma característica da educação que meus pais me deram que os pais deles, meus avós, por conta da situação difícil em Portugal, mas sempre tinha uma tradição, uma cultura europeia, vamos dizer assim, de trabalhar questões como honestidade, preocupação com a situação das pessoas. Talvez não com essa visão de justiça social, de ter clareza daquilo que se colocava nas disputas da sociedade, a luta de classe, mas de ter uma visão de ajudar as pessoas. Mais isso, mais por esse caminho sem cair no assistencialismo, mais pelo caminho de ajudar as pessoas e construir alguma coisa junto e tal. A preocupação era, mesmo sendo uma época – 1979, 1980 e 1981 – já não tinha aquela repressão da ditadura, ainda tinha, mas não com tanta força, era o início do processo de democratização, grandes debates sobre anistia, sobre democratização, sobre liberdade democrática, então era um momento de muita mobilização social. Minha mãe tinha muita preocupação: “Cuidado!”, sempre com aquelas histórias de polícia, de violência, de prisão, mais uma preocupação dessa linha, mas também uma preocupação de viver ajudando as pessoas, achando que eu estava fazendo uma coisa que ajudava a construir, a transformar.

P/1 – Agora voltando pro Sindicato, você começou em 1987, como você disse?

R – Isso.

P/1 – Essa época era uma época de muita efervescência, né?

R – De efervescência do movimento sindical, a CUT tinha sido recentemente construída em 1983, e já nasceu como oposição aprovando na nossa chapa pela filiação à CUT e aí a primeira reunião da Direção do Sindicato – eu me lembro até hoje, eram 24 pessoas, naquela época não podia ter mais do que 24, eram 24 dirigentes, e a primeira decisão da reunião – foi uma reunião de dois dias, uma sexta e um sábado – a primeira reunião foi pra decidir que a gente ia acabar com o jeton. No Sindicato tinha o jeton onde o presidente do Sindicato ganhava dez salários mínimos, o secretário geral ganhava oito, tesoureiro ganhava sete e os demais diretores pelo menos um salário mínimo cada um. O pessoal falou: “Pra que é esse jeton?” “É pra você cumprir com os seus gastos que você tem com a sua atividade sindical”. Só que todo mundo tirava nota. Eu ia almoçar, eu ia pegar o carro e fazer algum trabalho, eu tirava nota de combustível e ainda assim ganhava o jeton. Era, na verdade, uma forma de manter as pessoas acomodadas naquela estrutura. Na primeira reunião, me lembro até hoje, alguns que entravam na chapa de direção do Sindicato achando que iam continuar ganhando o jeton, ou seja, transformar aquela atividade sindical quase numa profissão, mas a primeira reunião aprovou por unanimidade acabar com o jeton na direção do Sindicato. E começou uma experiência muito interessante de discutir, naquela época o pessoal discutia muito as tendências dentro do Sindicato: articulação sindical, articulação de esquerda, corrente sindical – nem era corrente sindical classista, mas era o pessoal ligado aos partidos políticos e eu, pra falar a verdade, quando entrei no Sindicato não tinha nenhuma corrente política. Você entra no sindicato muito mais por uma vinculação pessoal ou de alguém que você acha que tem uma postura correta em defesa dos interesses, não tive uma, por exemplo, formação nem na universidade – fiz universidade depois – mas não tive uma formação política como muita gente teve antes de entrar pro movimento sindical. Eu entrei nessa linha do Conselho de Representantes dos Empregados, e o pessoal falava muito em tendência dentro da Direção do Sindicato e eu não entendia absolutamente o que estavam falando de articulação, de corrente. Comecei a estudar, ler, li muito, me interessei pelo assunto pra ver se conseguia pelo menos entender o que estava acontecendo ali nas reuniões. Eram reuniões que davam votações do tipo 12 a 12, por conta dessa disputa interna de tendências, quando tinha alguma coisa pra decidir dava 12 a 12 porque tinha um lado que defendia determinadas posturas, o outro defendia outras e eu falava: “O que é isso? Não está todo mundo junto

no mesmo sindicato? Não é pra brigar!?. Você começa a querer... Foi quando, inclusive, eu resolvi que tinha que fazer faculdade, não só por isso, mas também por isso tinha que fazer faculdade. Acabei entrando em Sociologia, na PUC [Pontifícia Universidade Católica] em Campinas.

P/1 – Quando?

R – Isso foi em 1988. Começo de 1988, final de 1987, ganhamos a eleição do sindicato, em 1988 na PUC, como sociólogo.

P/1 – Como foi pra você fazer a faculdade? Você tinha mais de 20, tinha uns 25 anos?

R – Tinha 24 pra 25 anos.

P/1 – Como estava sua vida nesse momento, como foi a faculdade?

R – Bom, eu entrei na faculdade, na verdade, eu já estava no Sindicato mas eu não estava liberado ainda. Era 1988, eu estava trabalhando na Cpf durante o dia, tinha um tempo com uma determinada quantidade de horas semanais pra atividade sindical, isso estava estabelecido no acordo coletivo e comecei a estudar à noite lá na faculdade em Campinas e dava pra compatibilizar, na verdade. O único problema é que eu estava atuando numa empresa de energia elétrica, no cargo de técnico em eletrotécnica e se fosse pensar do ponto de vista profissional, eu deveria estar fazendo Engenharia ou Engenharia Elétrica pra tentar ficar na empresa e subir profissionalmente. Mas eu quis fazer Sociologia porque eu queria entender um pouco mais sobre essas coisas das relações sociais, da disputa política e resolvi fazer Sociologia já sabendo que aquela linha, nessa altura do campeonato, já estava vendo que o meu futuro na empresa não ia ser um futuro de gerente, de coordenador de área. Apesar de ter crescido dentro da empresa e de ter subido degraus, sabia que não ia ser esse o meu caminho. E fui pra faculdade, fui fazer faculdade de Ciências Sociais, sociólogo e bacharel, penso em voltar a dar aula e voltar a estudar quando der um tempo nessa vida maluca.

P/1 – Como era? Você tinha amigos? Como era sua vida pessoal nessa época?

R – Eu tinha muita relação no Sindicato e, na faculdade, como era um curso de Ciências Sociais à noite, com pessoas muito sofridas de diferentes áreas, mas que tinham objetivos ou de atuação em movimento social ou de atuação em movimento sindical ou de querer estudar pra dar aula. Tinha pouca gente na minha classe, por exemplo, que tinha alguma outra ideia de fazer Sociologia pra atuar em uma empresa na área de Recursos Humanos; ao contrário, a maioria queria realmente trabalhar com... Então eu fui criando uma relação de amizade, inclusive conheci minha ex-esposa na sala de aula. Ela trabalhava na Cpf e eu não sabia, conheci ela na faculdade: “Onde você trabalha?” “Trabalho na Cpf” “Mas onde? Eu também trabalho na Cpf”, como tinha várias áreas espalhadas na cidade, falava: “Trabalho aqui, trabalho ali”, conhecia ali e quando a gente casou estávamos estudando na faculdade. Foi uma relação de construção de conhecimento um pouco mais sobre o movimento estudantil que também eu não conhecia. Na época do curso técnico era muito mais a questão técnica que estudava de noite, não tinha tempo, então a faculdade trouxe também essa questão nova, ajudando a mostrar o caminho e, ao mesmo tempo, uma situação em que eu estudava, via a teoria, lia a teoria, estudava a teoria e atuando no movimento sindical tinha a possibilidade de ver que a prática nem sempre combinava com aquilo que eu estava estudando no colégio. Tem uma coisa meio dissociada, a vida não é assim tão determinada como está nos livros, então a gente foi construindo essa relação.

P/1 – Como foi sua trajetória no movimento sindical?

R – Em 1987 eu entrei no sindicato. Em 1989 nós fizemos uma grande greve. Quando a gente fala greve no setor elétrico, é preciso explicar que foi uma greve que a gente ocupou as usinas de produção de energia elétrica e como as usinas são áreas de segurança nacional, foi chamado o Exército pra retomar as usinas. O pessoal tinha muito medo que a gente ocupasse as usinas e fizesse alguma bobagem com a energia elétrica e acabasse criando um apagão, mas a gente sempre teve uma responsabilidade muito grande em manter a energia elétrica como um bem, mas foi uma grande greve. Na verdade, foi meu primeiro movimento como dirigente sindical responsável por uma área. Como estava na greve, nós dividimos todos os nossos dirigentes sindicais e cada um foi pra um lugar pra organizar a greve. Em 1989, dois anos de sindicato, eu nunca tinha feito uma greve na vida, eu fui tomar um setor estratégico, até hoje é um setor bastante estratégico no setor de energia elétrica e fui ser o coordenador da greve do Estado em Bauru. Foi uma experiência extremamente rica porque na greve você expõe com muita clareza essas várias situações que a gente às vezes fala durante o dia, durante a nossa jornada, nossa luta e que não aparecem tão claramente como em uma greve. Sentimentos como solidariedade, unidade, decisão coletiva, coisas que a gente defende mas que nunca aparecem concretamente; na greve isso tem que aparecer porque se não tiver condição de transformar isso em movimento, simbolizar essas palavras, esses valores, esses conceitos em ações práticas, eu acho que a greve é o momento onde isso aparece cada vez mais. Mesmo em assembleias, posições difíceis mesmo quando você aprova a greve quanto acaba com a greve, são momentos muito ricos porque são demonstrações de posições: gente que defende acabar com a greve, gente que defende continuar, então é sempre uma tensão constante. E foi minha primeira experiência, uma grande experiência de coordenar a greve, aí chega batalhão de choque, tem que conversar com o comandante do batalhão de choque, aí vai falar o que para aquele

sujeito, dá vontade de falar assim, mas também não pode falar porque tem que manter... No nosso setor, a gente sempre teve um papel, uma posição de atender às preocupações da população, então quando tinha chamado da população com problema de energia elétrica, você tinha que atender, não podia, por conta da greve, ter a população contra os trabalhadores. A gente também sempre atuou no sentido de trazer a população pra, junto conosco, apoiar a greve porque é um setor essencial e a gente sabe que não dá pra deixar sem energia elétrica. Não só risco de vida, mas o papel essencial que tem a energia. Muito interessante quando você tinha, por exemplo, um problema pra atender durante a greve, o gerente tinha que nos chamar pra poder discutir se a gente ia atender ou não e a decisão se vai atender, não vai atender, se era uma emergência ou não, era uma decisão dos próprios trabalhadores. O que mais me marcou na greve é esse poder dos trabalhadores em decidir coisas que até então era só a empresa que decidia pelos gerentes. Ou seja, tudo aquilo que o gerente sempre fez, tomou decisão de mandar o caminhão não sei das quantas pra arrumar o poste na rua tal, arrumar o poste, o transformador que estava lá, agora quem tomava a decisão éramos nós numa assembleia, se era emergência, se não era, se iríamos atender ou se não iríamos. Essas coisas são muito ricas em termos de formação das pessoas, é melhor até, na minha opinião, você pode fazer um curso de formação muito bom, é lógico, eu sou oriundo da formação operária e defendendo isso, mas a greve eu acho que é uma rica experiência, uma das mais ricas experiências de luta, de vida, do movimento sindical. E foi a primeira grande greve em 1989; em 1990, nós fizemos várias, aí de 1987 até 1990 foi o primeiro mandato do Sindicato, nós mudamos o estatuto do Sindicato, filiamos o sindicato à CUT, acabamos com o imposto sindical que é, na nossa opinião, uma forma do movimento sindical se acomodar na estrutura sindical oficial e tínhamos uma proposta de acabar com o imposto sindical. Entramos com ação na justiça e até hoje os trabalhadores não pagam imposto sindical no nosso Sindicato, foi o primeiro sindicato do Brasil a fazer isso. Na verdade, fomos o primeiro sindicato no Brasil a cumprir uma determinação da CUT, porque a CUT disse em seu Congresso que tinha que acabar com o imposto e nós, os tontos aqui, acreditamos, fomos lá e acabamos com o imposto no Sindicato. Hoje, você olha, a CUT tem uns 20 sindicatos, alguns que devolvem imposto, mas tem muito sindicato ainda que sobrevive do imposto sindical. Então apesar das decisões da CUT, históricas, de acabar com o imposto, um pouco a gente implementou isso na prática por conta dessa estrutura que a gente tem no Brasil. Acabamos com o jeton como falei, mudamos a estrutura do Sindicato, criamos representantes sindicais de base, elegemos uma diretoria com 70 membros do Estado todo, teve uma transformação muito grande do ponto de vista sindical daquilo que era o Sindicato com 17 sub-sedes espalhadas pelo Estado, foi uma vida muito ativa durante esse período. Em 1990, nós fizemos uma mobilização grande contra as demissões que ocorreram na Cpf, eu fui mandado embora da empresa, o gerente achava que eu era uma pessoa não muito agradável pra manter, eu dizia: “Você não pode me mandar embora porque eu sou dirigente sindical”, ele falava assim: “Procure seus direitos na Justiça”. A esperança é de que daqui a uns 15 anos, provavelmente, eu ganhasse o processo na Justiça. Isso foi em 1990. A demissão, não fui só eu, foram três dirigentes do sindicato demitidos: eu, o Vicente e o Delboni; nós demoramos quase um ano e meio pra retornar, ganhamos a ação em primeira instância, de reintegração. Não ganhamos a liminar de reintegração, o que causou um problema sério porque eu já estava casado, casamento novo, as contas pra pagar, aí você é demitido, a empresa não pagava seu salário e o Sindicato não tinha condição de cobrir as suas despesas. Ficava uma situação de todo mês ter que pegar um dinheirinho ali, um dinheirinho aqui pra pagar uma... Foi um ano e meio difícil de tocar o Sindicato, mas se por um lado isso foi complicado, por outro criou o seguinte: botou mais três dirigentes em tempo integral pra lutar no Sindicato contra os interesses do capital, ou seja, botou mais três pessoas, ao invés da gente procurar outra coisa pra fazer, procurar outro emprego, muito pelo contrário, a gente entrou pra dentro do movimento sindical de vez! Até então não era liberado, trabalhava na empresa, portanto cumpria com as minhas funções na empresa e era Diretor do Sindicato, era liberado pras reuniões uma vez por mês. A partir daí fiquei oito horas: “E agora? Tô aqui, vou pra qualquer lugar”, comecei a visitar o Estado de São Paulo inteiro, atuando como dirigente do Sindicato. Eu fui da outra chapa em 1990, eu já fui da executiva; 1991 e 1992 a gente teve mudanças internas, eu fui vice-presidente e tesoureiro; em 1993, secretário-geral do sindicato; em 1996, presidente, até 1999; em 1999 até 2002, presidente também.

P/1 – Do Sindicato dos Eletricitários?

R – Do Sindicato dos Eletricitários, dois mandatos. Aí mudei o estatuto, só pode ficar dois mandatos; se ficar mais que dois o pessoal começa a gostar da cadeira, fica mais difícil de tirar e, como mudei o estatuto, só pode ficar dois mandatos. Quer dizer, só pode ficar dois mandatos no cargo, presidente não pode ficar três mandatos; pode ficar dois mandatos como presidente, pode ser outra coisa no terceiro mandato e no quarto mandato ele voltar a ser presidente. Ele não pode ocupar o mesmo cargo durante três mandatos porque isso acaba tendo, na nossa opinião, uma acomodação muito forte naquele cargo, com aquelas responsabilidades. Fiquei dois mandatos como presidente, o último mandato como presidente, metade dele já era diretor de informação da CUT São Paulo. Fui diretor de informação da CUT São Paulo de 2000 a 2003 e depois, em 2003, eu vim pra CUT Nacional, fui secretário nacional de organização da CUT, depois secretário geral e agora presidente.

P/2 – Durante toda a sua fala me pareceu que sempre teve uma preocupação interna do Sindicato, da sua estrutura, de como ele funciona e de colocar ele de uma maneira que fosse ágil, que não desse margem a acomodações e coisas assim. A gente sabe que existe debate na reforma sindical, como você vê essa necessidade? Como você definiria?

R – Eu acho que nós temos uma situação no Brasil onde é mais fácil montar um sindicato do que uma micro-empresa, e às vezes dá mais dinheiro infelizmente. Você tem hoje no Brasil, por exemplo, uma média de criação de dois sindicatos por dia. Dois por dia. Você poderia olhar isso por um ângulo de dizer: “Os trabalhadores estão se organizando mais, estão criando novos sindicatos”, mas não é isso. Os sindicatos estão sendo criados, a grande maioria deles, ou são divisões dos atuais sindicatos, ou seja, você tem lá Sindicato dos Metalúrgicos de Duas Rodas, é Sindicato dos Metalúrgicos só que alguém foi lá, achou uma brecha na lei, e criou Sindicato dos Metalúrgicos de Duas Rodas. Sindicato das Costureiras de Roupas Vermelhas, parece ridículo, mas é verdade, tem um sindicato de costureiras de roupa, de uniforme. O que você tem no Brasil, na verdade, é uma criação de fragmentação sindical muito forte, muito grande, onde é difícil unificar a luta e as estruturas sindicais por conta de que a estrutura sindical foi feita pra acomodar os dirigentes sindicais, na nossa opinião. Por quê? Porque você tem um negócio chamado imposto sindical. Todo ano desconta um dia do salário do mês de março de todos os trabalhadores do Brasil. Você tendo sócio ou não no seu

sindicato, você recebe esse dinheiro, todo ano, então quanto menos sócio o sindicato tem, pra quem quer ficar acomodado, melhor é porque o sócio cobra, participa de assembleia, participa de eleição, vota, portanto, o sócio é quem dá vida ao sindicato. Quando você quer manter o controle do sindicato, o que você faz? Você mantém os sócios em número pequeno porque aquele número você controla e recebe o dinheiro do imposto sindical de todos os trabalhadores da base, sejam eles sócios ou não. Então o imposto sindical pra nós é um simbolismo muito forte de quem não faz trabalho sindical, de quem não precisa fazer trabalho sindical: você não precisa organizar os trabalhadores no local de trabalho, não precisa sindicalizar, não precisa prestar serviço pros trabalhadores, quer dizer, não só na época da campanha salarial, mas outras atividades, atividades culturais. O sindicato não existe só com o interesse, tem o interesse imediato de lutar pelo interesse dos trabalhadores, mas tem também um papel na sociedade. A estrutura sindical brasileira, por isso nós defendemos que tem que ter reforma, porque ela não tem liberdade e autonomia sindical, não tem uma unicidade que, na verdade, é manter o sindicato único pra não permitir que se crie outro, e o imposto sindical. No Brasil hoje você cria o estatuto da sua entidade sindical – se nós aqui nessa sala quisermos montar um sindicato, a gente monta, estamos aqui em cinco pessoas: você é o presidente, eu sou o tesoureiro, você é o secretário geral, a gente escreve uma ata, vai até o cartório, registra e a gente começa a cobrar imposto sindical dos trabalhadores em museus, qualquer que seja ele. Então montamos um sindicato: Sindicato dos Trabalhadores de Museu. Ai a gente sai por aqui cobrando imposto sindical, então o sindicato que não tem representatividade, não tem patrão pra poder negociar – negocia com quem? Com o dono do museu, com o Estado, com a entidade... Estou dando um exemplo pra mostrar pra vocês que é um negócio... A estrutura sindical brasileira está necessitando urgentemente de uma transformação brutal na nossa opinião. Tentamos fazer isso no primeiro mandato do Governo Lula junto com as centrais sindicais, acho que avançamos bastante em algumas áreas importantes como organização do local de trabalho, financiamento e outras áreas, mas não tivemos força política pra aprovar no Congresso Nacional porque quando ficou pronto o projeto de reforma você estava no auge da crise política do ano passado onde o Congresso não estava votando nada, nem reforma sindical, nem reforma tributária, nada! Só estava discutindo CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito]. E a gente infelizmente não teve a mudança na estrutura sindical, mas nós continuamos acreditando que é preciso mudar a estrutura sindical pra tornar os sindicatos mais representativos, mais fortes, mais atuantes e com condição, na verdade, de construir, o que a gente chama de superar o corporativismo que ainda existe muito forte nas nossas entidades e começar a ter uma visão de classe, classe trabalhadora. Talvez essa última eleição, esse processo eleitoral, isso ficou um pouco mais claro e apareceu de novo como que do nada a frase da luta de classe e o papel da mídia de ser instrumento de Estado, papel de tribunais nessa disputa que é uma disputa de classe. Então é isso, nós continuamos defendendo que tem que fazer reforma sindical, alguma liberdade e autonomia, são os próprios trabalhadores que devem decidir a forma de organização e a forma de sustentação do seu sindicato. Isso é um sonho, continua sendo a nossa bandeira desde o nascimento da CUT, agora esperamos poder avançar nisso no próximo período.

P/2 – Outra coisa que eu percebi na sua fala é que querendo ou não os seus campos de atuação foram crescendo em decorrência da carreira, algo normal e natural pra todo ser humano que traça seu caminho. Qual a principal diferença, além da diferença de tamanho, que é sair da direção sindical e ir pra uma Central Sindical que agremia interesses diversos, agremia categorias diversas e o movimento sindical, hoje, está muito fragmentado hoje está muito fragmentado em visões políticas, visões de classe, às vezes, múltiplas?

R – Acho que tem duas visões interessantes nessa pergunta. A primeira é que a gente sempre que está no sindicato não tem a dimensão correta do quanto você pode ser importante pra outras organizações e conhecer o que se faz fora do sindicato é muito... tem o resultado muito positivo. A gente, às vezes, fica muito voltado pros problemas internos, pra sua categoria específica – não que não seja necessário priorizar, mas o pessoal fica muito voltado pros problemas internos e não consegue perceber que há uma luta muito mais geral. Tem necessidade de ser uma luta mais articulada de uma forma mais geral, mas eu acho que a gente acaba se perdendo quando está no sindicato, principalmente. Acho que tem uma parte que é medo, tem muita gente que ainda não quer se arriscar: “Eu vou pra uma CUT Estadual, lá tem um pessoal que é muito mais experiente do que eu”, alguma coisa do gênero. Isso é pura bobagem porque na minha opinião as pessoas têm experiências independentes da sua base sindical: se é grande ou pequena, se é de um órgão do setor público ou do setor privado, se é rural ou se é urbano, independe muito daquilo que você faz e muito mais daquilo que você acredita que você pode empreender. Uma outra coisa, a sua visão se amplia de uma forma assustadora. Uma coisa é o seu trabalho sindical no seu sindicato, o conhecimento que você tem na sua base de organização; a outra coisa é você começar a viajar, por exemplo, mesmo no Estado de São Paulo quando eu assumi a Secretaria de Informação da CUT do Estado de São Paulo, andava o Estado de São Paulo todo. Uma coisa é fazer movimento sindical no Recife, em São Bernardo; outra coisa é fazer movimento sindical em Presidente Prudente com o prefeito colocando na mesa de negociação o revólver em cima da mesa e dizendo: “Vamos começar a conversar, não estou ameaçando ninguém, isso é só pra...”. Ou seja, você tem situações... Uma coisa são os rurais do interior do Estado; outra coisa é a organização de grandes categorias, de grandes ramos que têm na estrutura poderosa ou mesmo estrutura em condição, que também tem enfrentamento a fazer, como foi recentemente o caso da Volkswagen. Mas eu acho que amplia a tua visão pra conhecer outras realidades, outras categorias, sentimento de classe, de unidade, de solidariedade que são necessários pra manter essa vida sindical ativa e que às vezes são perdidos ao longo do tempo. A gente fala muito em solidariedade, mas na hora de botar a solidariedade na prática, as pessoas se colocam, não é uma coisa simples de fazer. E quando você vem pra CUT Nacional, a mudança é 27 vezes maior do que a mudança no Estado, então você vai, por exemplo, pra uma reunião de pescadores no Pará. Porque é fácil fazer movimento sindical em São Paulo, onde você tem grande concentração de trabalhadores – não é que é fácil, se você quiser fazer uma grande mobilização vai pra porta de uma indústria metalúrgica ou de um grande banco ou de bancos, por exemplo, aqui na Rua Boa Vista você pega todos os bancos, ou mesmo do setor elétrico, da educação. A outra coisa é fazer reunião de pescadores no Pará: pegar o avião daqui até o Pará, depois um barco, e, quatro horas depois, se reúne com 12 pescadores. Pra fazer um negócio desse ou a central sindical tem estrutura e acredita que aquilo é importante ou não vale a pena fazer a reunião com 12 pescadores porque o custo disso é inviável. Se você for pensar no custo, não faz, você tem que pensar em outra coisa: o que representa aquela reunião com pescadores no interior do Pará pro movimento sindical, popular, social, pra vida daquela comunidade. Acho que amplia, portanto, a sua visão é totalmente diferente e além do mais você começa a discutir assuntos que eu chamo que não estão ligados aos interesses imediatos dos trabalhadores, e sim aos interesses históricos da classe trabalhadora. Você começa a discutir coisas que eu estudei na faculdade: a luta dos trabalhadores, a necessidade de não sei o quê dos trabalhadores, a organização dos trabalhadores. “Como é que isso se dá na prática?”, você faz uma marcha do salário mínimo e tem gente que ganha desde cinco mil reais até quem ganha salário mínimo marchando em Brasília pela elevação

do salário mínimo. Isso é transformar na prática uma ação social-política-sindical que tem ação concreta. Você também discute os números do País, discute projetos pro País. Quando você está no sindicato a sua visão de mundo, de mundinho, é evidente que fica muito mais restrita. Acho que tem essa diferença, claro, de conhecer outras pessoas e de atuar com outras pessoas, outras culturas bastante diferentes – imagina lá no Norte, Nordeste, interior do Amapá, do Acre, a realidade é outra. É a mesma coisa que comparar o Brasil com o movimento sindical europeu. Em determinado período da história tinha cesta básica com entrada de cinema e jornal diário porque aquilo é importante pra cultura. Nós nem chegamos perto disso, aqui nós estamos discutindo como não matar trabalhador rural no interior do Acre. Matam, não é nem perseguição, é como a gente protege porque o pessoal está sendo ameaçado de morte. São realidades diferentes que abrem a tua cabeça.

P/1 – Como é essa organização dos trabalhadores no interior do Brasil de um modo geral? Como você avalia?

R – Eu acho que tem uma situação bastante difícil do ponto de vista de organização, mas por um lado a solidariedade e a unidade entre essas pessoas são muito maiores do que nos grandes centros urbanos. Ou seja, você tem uma visão com esse pessoal que é muito forte de necessidade de um ajudar ao outro, de um estar construindo junto com o outro, de um proteger o outro em certa medida e, portanto, a demanda por ajuda financeira, ajuda política, ajuda mesmo pessoal é muito mais forte do que nos grandes centros urbanos. Parece que é pouco, mas uma pequena ajuda que você dá, uma pequena ação que se desenvolve no interior de um Estado como essa, tem uma repercussão muito forte não só na imprensa, como tem uma repercussão... Por exemplo, nós estamos em uma fase agora de completar – nós já visitamos 15 Estados desde que a gente assumiu a presidência da CUT, de 6 a 9 de julho foi o Congresso, já visitamos 15 Estados. Quero visitar os outros 12 até março, abril do ano que vem pra depois começar a visitar de novo, por quê? Porque essa diminuição da distância entre a direção de uma central e os trabalhadores ou os dirigentes dos sindicatos ou mesmo da central sindical no Estado, tem uma distância muito forte, muito grande e tem que diminuir essa distância, criar relações com as pessoas. Você cria relações conversando com as pessoas, olhando no olho, conversando, debatendo, batendo papo, tomando cerveja ou guaraná, coca-cola, mas também fazendo ações. Isso você vai criando relações políticas, relações sindicais que vão se consolidando, construindo uma teia de solidariedade, de unidade, isso vai ajudando o debate, acho que falta muito isso no Brasil e no movimento sindical.

P/1 – Como acontecem essas relações? São tranquilas, tem algum tipo de conflito?

R – Acho que toda relação tem conflitos. Você tem evidentemente um olhar mais geral que é de ter o entendimento de quem é o inimigo de classe, de quem é o adversário político, de quem são os projetos que nós estamos falando claramente com a indústria e pretende ser do movimento sindical ou do movimento social. Tem um lado dessa história que precisa ficar muito claro, as pessoas têm que ter clareza do seu papel. A outra é pra dentro dos próprios movimentos e aí tem todo o debate de concepção. Você tem hoje no Brasil seis centrais sindicais, sete, tem pelo menos umas 15 que já pediram registro no Ministério de Trabalho. Aí o cara monta, do mesmo jeito que é fácil montar um sindicato, também é fácil: “Vamos montar uma central sindical”, como se fosse a coisa mais simples do mundo a gente vai aqui e monta uma central sindical. Tem diferença de concepção dentro do próprio movimento e que você vai tendo que construir relações e você só constrói relações conversando. Uma coisa que eu aprendi, uma coisa que eu acho interessante é que até a eleição do Lula as centrais sindicais tinham uma disputa extremamente fraticida até, do ponto de vista das eleições, onde não conversava uma pessoa da CUT com uma pessoa da Força [Força Sindical], era raro ter encontros de todas as centrais pra discutir um tema comum. A eleição do Lula acho que trouxe um pouco essa possibilidade do espaço de discussão, isso é verdade, abriu um espaço democrático pras centrais sindicais discutirem salário mínimo. Apesar de eu ter as minhas divergências com as outras centrais, a CUT tem a sua forma de concepção, de enxergar como se faz a ação sindical, mobilização e transformação social, a Força tem a dela, a CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] tem a dela, cada um tem uma, mas a hora que você olha o salário mínimo, ou a gente se junta pra brigar por um salário mínimo maior – essa é uma luta de todos os trabalhadores, não é uma luta só da CUT, não é uma luta só da Força – eu acho que isso possibilitou uma unidade das centrais rompendo com essa... O que não quer dizer que a gente deixou de ter divergência, disputa. As eleições sindicais são uma coisa que, por conta daquele debate da estrutura sindical que a gente estava falando, como eu posso escrever o estatuto do jeito que eu quiser, eu escrevo esse estatuto, por exemplo, tem sindicato hoje que tem mandato de oito anos. O pai deixa o sindicato com o filho que deixa o sindicato com o neto. Você tem sindicato hoje que é familiar, está desde o avô, o presidente do sindicato passa pros filhos e você não consegue disputar a eleição. Tem um sindicato aqui em São Paulo que o pessoal diz que se alguém entrar com processo judicial, a atual direção permanecerá no poder até a decisão final em última instância. O cara está lá faz 30 anos e vai continuar pelos próximos, sei lá. Essa disputa sindical continua, quando você não tem liberdade e autonomia ou quando você não tem regras democráticas com a participação de eleição, esse debate vai continuar no Brasil. Eu estou convencido de que você vai construindo, é um processo e você vai construindo mais unidades, mais solidariedade, mais espírito de classe com muita conversa, debate ou ação conjunta em temas que são possíveis de construir unidade porque é assim que você vai construindo realmente na prática.

P/1 – Artur, mudando um pouco o foco, quando você tomou conhecimento do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]?

R – Quando entrei no CRE da Cpfil lá atrás, em 1983, nós já estávamos começando, eu pelo menos, já estava começando a ouvir sobre o papel do Dieese. Em 1979, 1980 sabia algumas coisas em relação àquele debate da necessidade de ter um instrumento que pudesse avaliar a inflação de forma independente daquela forma como o Governo anunciava que a inflação estava ocorrendo no Brasil. Eu achava aquilo muito interessante, um instrumento dos trabalhadores com uma possibilidade de criar um departamento, um instrumento na realidade que os trabalhadores pudessem ter a seu serviço, extremamente importante, interessante. Quando nós entramos no Sindicato em 1987, uma das primeiras ações que a gente

tomou também foi montar uma subseção do Dieese na Direção do Sindicato e foi uma das principais ações que a gente fez no Sindicato porque além de trazer todo o acúmulo de conhecimento, debate, diagnóstico e pesquisa que o Dieese fazia pros seus sócios, a subseção dentro do Sindicato criou um instrumento muito poderoso de assessoria pras campanhas salariais. Por exemplo, as nossas empresas, empresas que a gente atua, empresas do setor de energia elétrica são empresas que têm ações na Bolsa de Valores e, portanto, têm os seus balanços divulgados na Bolsa. Imagina, o trabalho que o Dieese fazia era de preparar o balanço, preparar a argumentação pra campanha salarial. Na mesa de negociação, por exemplo, o papel do Dieese era fundamental: quando um representante do patrão ou no caso da empresa dizia: “Não temos dinheiro pra dar aumento, vocês estão pedindo não sei o quê...”, tem um monte de argumento aqui pra dizer e transformar isso em coisas que os trabalhadores pudessem sentir além do lucro da empresa, coisas mesmo desde o orçamento, verba de publicidade versus verba pra qualificação... Então foi muito importante essa atuação do Dieese dentro do sindicato, tanto que nós temos dentro do sindicato um departamento que chama Departamento de Novas Tecnologias e Dieese porque tem lá um dirigente que é o dirigente responsável pelo Departamento de Novas Tecnologias, mas que normalmente é o dirigente que atua nas instâncias do Dieese. Eu mesmo fui Diretor do Dieese de 1987 – tomamos posse em 1990, de 1992 a 1994, tem aquelas coisas do mandato do Dieese que é 1/3 e vai fazendo a renovação, então não sei. Mas essa fase de 1992 a 1994 eu fui dirigente do Dieese, participei daquela assembleia famosa que também é uma experiência muito interessante porque junta várias centrais sindicais numa mesma assembleia pra tomar decisão de quem vai assumir a diretoria do Dieese – lógico, um monte de conversas antes, mas quando chega naquela assembleia, pra quem está chegando ali, você olha aquilo e: “Na hora do almoço para a assembleia pro pessoal se reunir e à tarde fecha a indicação dos nomes pra chapa”, é uma coisa pra mim, que estava começando, é a institucionalização dos conchavos. Você pegava a CUT, se reunia lá no cantão, do outro lado estava a Força Sindical se reunindo no outro canto, a CGT no outro pra discutir quem é que ia, depois dos cargos, como a gente ia compor. Era uma coisa nova, inclusive pra mim que estava ali, e a gente achava que, lógico, tem a direção técnica do Dieese, todo o corpo técnico, todo o debate que procura ter evidentemente uma posição de assessoria técnica realmente – na minha opinião - é muito importante, e tem todo o debate de disputa interna do Dieese das centrais sindicais. Quer dizer, quem vai estar numa posição de mais visibilidade, de menos e tudo o mais. Uma experiência muito interessante mas que também tem as suas relações de poder, de disputa, mas essa assembleia me chamou a atenção porque é uma coisa de institucionalização do conchavo: para a assembleia, você vai pra lá, CUT se reúne aqui, a Força ali, depois junta o pessoal numa assembleia e toma a decisão. Como a gente falou, são relações que vão se criando e você tem que construir; ou tem unidade pra construir um negócio desse ou cada um vai construir a sua, quer dizer, aí que eu chamo da solidariedade e eu acho que no Dieese a gente consegue fazer isso. Não precisa ter um economista em cada entidade sindical ou Departamento Intersindical de Estudos na CUT, um na Força, um na CGT... É um desperdício de investimento, recurso, de tempo e de energia quando você pode concentrar, na nossa opinião, um departamento que tenha essa característica de dar assessoria técnica pro conjunto do movimento sindical. A gente tem que avançar cada vez mais nisso e o Dieese vem avançando: tem a Pesquisa de Emprego e Desemprego que nos possibilita inclusive trabalhar e atuar nesse campo, acho que tem que atuar mais em negociação coletiva, formação, isso tem que começar também a cumprir um papel numa etapa que, apesar das diferenças entre as centrais sindicais, é possível você construir, por exemplo, uma preparação e qualificação dos dirigentes pra negociação coletiva e pra formação sindical que seja no básico igual pra todo mundo. Apesar das nossas concepções diferentes com as demais centrais, o papel de um dirigente sindical, o papel de um sindicato, perfil, coisas como democracia, ética, luta de classe, hegemonia, coisas básicas do ponto de vista de qualquer formação, isso tem que valer pra qualquer um. Qualquer um quer dizer qualquer dirigente sindical de qualquer central sindical. Depois o que o cara vai fazer com isso na prática, se ele vai não cumprir com aquilo que nós chamamos de uma atitude revolucionária, é outro problema, mas acho que nós temos que avançar nesse debate da solidariedade, o que é muito difícil. Até hoje, dentro desse debate da reforma sindical, por exemplo, a gente falava: “Tem que ter cada vez mais sindicatos mais fortes, mais preparados pra enfrentar o desafio”, aí o cara é presidente de um sindicato pequenininho, não representa nada, mas ele é o presidente do sindicato, você não vai falar pra ele deixar de ser presidente; ele agora vai ser secretário-geral de um outro. Nós passamos isso no nosso setor quando fundimos dois sindicatos: Sindicato dos Eletricitários de Campinas e o Sindicato dos Gasistas, formamos uma nova entidade chamada Sinergia que é dos Energéticos – não é Red Bull nem guaraná em pó, mas é o pessoal que trabalha com energia elétrica: geração e transmissão de energia elétrica. É muito interessante porque tem o debate de quem vai ser o presidente, quem vai ser o secretário-geral, o cara que é presidente do grande sindicato acha que vai ser presidente do outro que fundiu, que ficou maior ainda, e não é assim; ou você constrói relações em que o projeto é mais importante ou você não consegue fundir entidades. Aqui na CUT de São Paulo nós montamos um negócio chamado Estrutura Solidária, Sub-sede Solidária. Você precisa ver a dificuldade que é colocar numa mesma casa um Sindicato de Eletricitário, de Químico, de Bancário, da APEOESP e do Centro de Saúde, numa mesma estrutura. Pra que cada um precisa ter uma sede? Pode ter uma casa só com várias salas, pode até chegar a ter uma assessoria conjunta, uma secretária conjunta, uma pessoa que atenda todo mundo... Não, cada um quer ter a sua secretária, a sua assessoria, lógico! Aí você começa a pensar o que nós estamos chamando de transformação do mundo, como vamos fazer pra transformar a sociedade, como vamos se nem na nossa casa a gente consegue dar um passo pra construir relações mais solidárias, como você consegue fazer isso? Não é uma tarefa fácil, o processo é difícil e longo.

P/2 – Se é tão difícil, às vezes, consolidar relações, seja dentro dos próprios sindicatos, de uma central ou entre as centrais, será que o Dieese não é a prova de que é possível já que aqui dentro tantas pessoas que passaram por essas entrevistas falaram que aqui o Dieese supre essas questões?

R – Eu acho que tem uma questão que é assim, o Dieese tem uma vantagem, primeiro porque discute questões que são muito próximas da realidade da vida dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, na relação capital/trabalho, um dos principais papéis do Dieese é o papel de preparar o movimento sindical, de dar assessoria, sustentação política, econômica, financeira do ponto de vista de argumentos econômicos e financeiros pros negociadores, além de criar indicadores como, por exemplo, de desemprego, de organizar os dados existentes no País sobre o mercado de trabalho pra dar subsídios pras entidades sindicais. Acho que isso reveste o Dieese de um caráter técnico, de assessoria técnica, de intervenção pra subsidiar o movimento sindical que não é que seja mais fácil, mas é que não está em disputa. Até porque existe uma direção técnica que tem esse papel de manter a questão técnica; não é neutralidade, é um assessor, papel de assessor. Quando tem que tomar uma decisão econômica de alguma questão numa empresa o cara fala: “Por aqui vai ter esses riscos, por aqui vai ter esses. Eu acho melhor por aqui, mas quem decide é você, o dirigente. Eu sou o assessor do Dieese, estou aqui apenas cumprindo o meu papel. Se eu fosse você ia por esse caminho”. Não é uma

questão fácil de resolver, mas é um espaço que você consegue aglutinar mais porque está falando, está sentindo coisas que estão ali no dia-a-dia dos trabalhadores. Eu penso que nós poderíamos também construir outras organizações ou organizações parecidas quando se debate a questão mais política, mais geral de projeto de Brasília. Isso é possível. Por exemplo, nós estivemos votando em um Congresso semana passada, um Congresso Internacional na Áustria que criou uma nova central sindical. Você ia pra lá, imagina juntar 306 sindicatos do mundo, centrais sindicais do mundo inteiro, de 150 países, num lugar só pra discutir uma nova central sindical internacional. Aquilo é uma loucura! Cem pessoas pra fazer a tradução, desde o chinês, passando pelo árabe, pelo espanhol, pelo inglês, pelo francês, pelo alemão, português e você se comunicando das várias formas possíveis pra construir uma central sindical internacional que tem o papel de lutar contra a globalização do capital. O capital está cada vez mais globalizado, tem o papel da China, o papel da Índia, como os trabalhadores se organizam? Imagina, se aqui no Brasil já é difícil numa central sindical também, imagina construir uma organização internacional global! Evidentemente que é uma tarefa difícil, um processo, agora, se chegou lá, tinha 3 mil dirigentes sindicais do mundo inteiro decidindo fundar a nova central sindical, foi a partir da fusão de duas centrais: a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres e a CMT é a Central Mundial dos Trabalhadores – essas duas se juntaram e criaram a nova CSI que é a Central Sindical Internacional, Confederação Sindical Internacional. Estou dando esse exemplo pra mostrar que acabou de acontecer na Áustria, uma reunião que juntou 3 mil pessoas de 150 países. É difícil? Difícil. É um processo? É um processo. Demorou ali três anos pra construir e ainda não está pronto, está começando agora, você tem que dar visibilidade a isso, mostrar pra que veio essa nova central sindical. Aqui no Brasil, ou mesmo dentro das centrais, você tem diferenças de concepção de ideias, mas eu acho que se consegue debater uma pauta unificada e uma agenda unificada. O que me parece que o Governo ajudou no caso do Brasil a construir isso é abrir espaço pra que as centrais sindicais possam se colocar, por exemplo, você tem uma agenda dos movimentos sociais hoje no Brasil que é crescimento, desenvolvimento, geração de emprego e distribuição de renda. É o que nós queremos pro futuro do País, lógico que dentro disso cabe um monte de coisa, mas essa pauta unifica todo mundo, quando você fala de crescimento, de geração de emprego, distribuição de renda, unifica as centrais sindicais, todo mundo falando a mesma coisa. Isso eu acho que é importante no movimento sindical, o movimento social cada vez mais... É o nosso papel ir construindo essas relações e tentando, mas somos seres humanos, como em todo lugar tem problemas, como em todo lugar tem divergências. O que você tem que ter é método claro de tomada de decisão, que essa decisão seja a mais coletiva possível porque garante a participação de todos os atores no processo de decisão e mais do que isso, tomada de decisão, perdeu? Perdeu, perdeu o debate interno, perdeu no fórum, tem que acatar a decisão tomada do conjunto, da maioria e tocar aquela decisão pra frente. Se não for assim cada um vai cuidando do seu mundinho e a gente ao invés de trabalhar com conceitos como unidade, solidariedade, construção coletiva, você trabalha com outro conceito que pra mim, o projeto neoliberal conseguiu implementar nesse país junto com 20 anos de ditadura, que são os conceitos contrários desses: conceito de individualismo. Nós somos uma geração – nós não porque aqui tem dois jovens na minha frente, mas eu sou um pouco mais... Quatro jovens, eu talvez seja o mais velho – nós somos de uma geração onde você passou 20 anos, professores inclusive colocando em nossa orelha que o individualismo é importante, que você não pode depender dos outros: “Cuidado, meu filho, você tem que estudar e se precisar pisar em alguém pra subir, você pisa porque ninguém vai te ajudar a subir”, quer dizer, sentimentos que não constroem absolutamente relações humanas diferentes dessas que nós queremos construir. Exacerbação do individualismo, do consumismo, da disputa, você tem que disputar, você está numa sociedade em que um come o outro, se você não se preparar vai perder espaço na empresa, no teu local de trabalho... Esse sentimento não é, na minha opinião, um sentimento que ajuda nem pode ajudar e nem pode querer construir uma nova relação na sociedade, uma nova sociedade, uma nova estrutura social. Tem que ter outros valores. Esse eu acho que é o papel quando a gente fala em educação, que é o papel que é fundamental. Ou a gente reconstrói também a questão da educação nesse país ou a gente vai ficar... Então foram 20 anos de ditadura militar, aí tem a história da autoridade, do autoritarismo, de quem manda e quem obedece, eu mando e você obedece, e depois dez ou 12 anos de neoliberalismo. Bota todo o movimento social na defensiva. Você passou os últimos 30 anos – tô aqui, pelo amor de Deus, não ia cometer um assassinato histórico desse tipo, estou reduzindo a história – com falta de democracia; a democracia no Brasil é muito nova e, portanto, o debate que a gente constrói conjuntamente também é muito novo. Você pega as centrais sindicais na Europa, têm 150 anos de história, 200. As centrais sindicais no Brasil do jeito que a gente conhece têm quanto tempo? Lógico, você pode pegar lá em 1917, 1909, 1908... Estou falando enquanto central sindical com possibilidade de ter base social tem 20 e poucos anos, 23. A nossa democracia o nosso movimento também é muito recente do ponto de vista desse debate, talvez por isso seja tão difícil construir relações.

P/1 – Nessa linha de construir relações, você está falando que a gente vive num mundo de muito individualismo. As pessoas que a gente fala no Dieese, elas demonstram uma relação muito pessoal com o Dieese, parece que aqui o trabalho destoa um pouco. Como é pra você a relação de trabalho dentro do Departamento?

R – Eu acho que quando as pessoas vêm pra cá – pelo menos essa tem sido talvez a tradição cultural, histórica – ela já vem, como eu quando vim, com um papel, sabe que aqui tem várias centrais sindicais num mesmo espaço, dividindo espaço com outras centrais, espaço de poder do ponto de vista da estrutura política, da direção política do Dieese, mas tem uma estrutura de assessoria técnica que tem amplas possibilidades de ajudar a fazer uma série de estudos. Portanto, o pessoal talvez venha mais desarmado, não sei se a melhor palavra é essa, desarmado no sentido simbólico, no sentido político. O pessoal já vem pro Dieese com uma tarefa de construir e não de disputar um espaço. De construir, de ideias novas, de debater possibilidades de projetos. Nós queremos ampliar a Pesquisa de Emprego e Desemprego, hoje seis regiões metropolitanas, sete se contar alguma... Nós queremos ter acesso a informações sobre o mercado de trabalho no Brasil inteiro, com a metodologia criada e construída pelo Dieese, então só para usar um exemplo, coisas que constroem, que vão à inovação. Tivemos recentemente debate sobre o salário mínimo, o papel do Dieese foi fundamental nesse debate de construir alternativas, criar propostas das várias subseções existentes no País. Mesmo na reforma sindical, nós das centrais optamos colocar o Dieese como... No Fórum Nacional do Trabalho, a responsabilidade por chamar as centrais sindicais pras reuniões preparatórias do debate da reforma sindical era do Dieese. Por que nós optamos por chamar o Dieese? Porque o Dieese tem essa característica de ser uma entidade neutra. Não é neutra do ponto de vista apolítico, muito pelo contrário, mas é uma entidade, por exemplo, se é chamada uma reunião pela CUT, já fica aquela coisa: “É o pessoal da CUT que está chamando, vou à reunião ou não vou?”, no começo era assim, aí nós falamos: “Vamos chamar o Dieese”, então o Dieese coordena, você junta as centrais sindicais: “Vamos discutir, gente! Agora aqui é o que interessa!”. Acho que isso foi interessante, uma experiência que mostra bem essa coisa; se você é chamado pela CGT ou pela Força, já fica o pessoal da CUT com ciúme porque não sei quem está chamando não sei quem pra reunião,

mesmo que seja pra discutir uma coisa de interesse como era o salário mínimo ou a reforma sindical. Mas o Dieese chamando, você consegue construir essa articulação de uma forma diferente.

P/1 – Pra além do movimento sindical e das centrais, qual você acha que é a importância do Dieese pra sociedade?

R – Primeiro, eu acho que o Dieese conseguiu um espaço de visibilidade na sociedade de respeitabilidade pela seriedade com que trabalha com os dados, ou seja, se a gente tivesse cometido nos últimos 20 anos qualquer tipo de desvio e não conseguisse comprovar nas nossas teses e nas nossas publicações que são feitas pelo Dieese, nós perderíamos credibilidade junto à sociedade. Quando o Dieese anuncia: “Vamos fazer anúncio sobre Pesquisa de Emprego e Desemprego, vamos fazer anúncio sobre Indicador Socioeconômico de Renda ou estudo que o Dieese está fazendo sobre determinada cadeia produtiva do calçado, do alumínio...”, a imprensa brasileira, a sociedade como um todo, a mídia, ela enxerga isso como um trabalho sério. Não é como um trabalho voluntário. Mesmo sabendo que tem os sindicatos por trás, que tem os sindicatos que dão sustentação ao Dieese, sabe que tem uma Diretoria que trabalha com essa característica de ser uma Diretoria Técnica séria que estuda os dados e apresenta propostas. Eu penso que nós gostaríamos que o Dieese tivesse um papel maior ainda, como não conseguimos ter por conta das nossas implicações, eu diria, financeiras principalmente. Tem muita dificuldade em conseguir, digamos, a situação hoje, mesmo na Europa, em outros países onde você tinha algum tempo atrás uma ajuda internacional aos movimentos muito mais do que tem hoje, até pelos próprios problemas que eles também estão passando nos seus países de origem, os recursos ficam escassos e nós também temos que ajudar outros países. Se você olhar pra América Latina, o movimento sindical brasileiro também tem que construir a solidariedade com outros povos, mas essa questão dos recursos financeiros é uma questão que cria obstáculos pra você ampliar o seu leque de atuação, mas tem uma característica que eu acho que é essa de respeitabilidade, de opinião pública, de formar opinião, que é muito respeitada na sociedade brasileira e que nós temos que, cada vez mais, não só continuar como ampliar. Por exemplo, nessa coisa que eu falei talvez de construir projetos de formação que possam também construir algo que dê uma base de apoio é bastante importante e interessante pro movimento como um todo.

P/1 – Qual você acha que é a perspectiva pra que isso que se realize? Essa questão financeira é bastante colocada como um grande desafio.

R – Eu penso que tem dois movimentos importantes. O primeiro é um movimento que a gente, às vezes, acaba esquecendo de fazer, não sei se se esquecendo é a melhor palavra, mas é que todo mundo enxerga o Dieese como um prestador de serviço – entre aspas – mas esquece, por exemplo, de fazer campanha de filiação. Você tem um monte de sindicato que utiliza os dados do Dieese, os estudos do Dieese e tudo o mais do Dieese, mas que nunca se preocuparam em ser sócios do Dieese. Às vezes, o pessoal acha que ser sócio do Dieese custa muito caro, não é. Sócio do Dieese, se você quiser, por exemplo, uma assessoria econômica diária no seu sindicato você tem toda uma subseção, todo um custo envolvido com isso que você está pagando; mas do ponto de vista de ser sócio do Dieese e ter acesso a dados que são importantes pra preparar a negociação coletiva, a sua vida sindical. Acho que tem muito sindicato no Brasil que ainda não é sócio do Dieese e que poderiam vir a ser sócios e são sindicatos representativos, tem papel na negociação. Sindicato verdadeiro, não é sindicato fantasma; sindicato fantasma não precisa do Dieese até porque não negocia nada, como não negocia não precisa de apoio; mas sindicato existente, verdadeiro, cada vez mais precisa da nossa assessoria, da nossa opinião. Tem um lado que é esse lado, o lado da ampliação do ponto de vista dos sindicatos se filiarem ao Dieese e enxergarem no Dieese um papel a mais da sua ação sindical de base de negociação coletiva, daquilo que você foi eleito pra fazer no seu sindicato que é negociar os interesses dos trabalhadores, nunca se esqueça disso. Qualquer ajuda pra isso é fundamental. A outra é um pouco, talvez um projeto mais de longo prazo, que é construir com as centrais sindicais, junto com o Dieese, um processo mais duradouro, na minha opinião, duradouro no sentido de ter mais independência e autonomia financeira por um período mais longo de tempo. Nós não podemos ficar a cada ano que passa uma crise pra ver se vai ter o projeto, se vamos conseguir manter junto com determinada prefeitura ou com determinado Estado ou com o nível federal, dinheiro pra fazer Pesquisa de Emprego e Desemprego; nós não podemos passar todos os anos tentando construir ações que são colocadas a todo momento em risco de acabar se não tiver continuidade do financiamento. É preciso construir algumas coisas mais de longo prazo e eu acho que esse é um grande desafio pra todos nós nas centrais e também na Direção do Dieese pro próximo período.

P/1 – Você é casado?

R – Eu sou separado.

P/1 – Você tem filhos?

R – Tenho uma filha chamada Isabela, 12 anos.

P/1 – Então ela ainda é estudante...

R – Estudante, pré-adolescente, como ela diz. Não é mais criança nem é adolescente, chama pré-adolescente. No meu tempo não tinha isso, mas agora tem.

R – É verdade.

P/1 – Artur, quais foram as principais lições que você tirou da sua carreira?

R – Da minha carreira... A primeira é que a luta, a organização dos trabalhadores, a busca por transformar essa sociedade que a gente vive continua sendo, já era quando eu comecei achando que isso era possível e continuo achando que muito menos do que ter uma visão derrotista ou pra baixo, eu sou um otimista talvez – dizem que todo socialista é um otimista – eu sou um otimista, acho que a gente já avançou muito, fizemos muita coisa e tem muita coisa pra fazer. Não achava que a transformação ia se dar de uma hora pra outra e nem em uma geração e a vida vai te demonstrando isso, que é um processo que você tem que construir, acumulando força, ganhando espaço e fazendo a transformação na prática em cada dia. Me chama muito a atenção, um pouco daquilo que a gente falava sobre a estrutura sindical, a reforma, o que ficou por trás desse ensinamento. Quando a gente veio com aquela bagagem de querer falar sobre solidariedade, unidade, união, construção coletiva, fóruns coletivos e democráticos de decisão, ainda permanece uma cultura muito machista, autoritária, individualista no movimento muito forte. Eu acho fruto desses 20 anos de ditadura mais uns 12 de neoliberalismo, um pouco da minha tese de porque a gente chega nessa situação, mas que a gente tenta quebrar essas barreiras e construir uma proposta mais solidária. As lições que eu tiro é que isso é possível tanto dentro da CUT quanto na CUT Estadual São Paulo como no próprio Sindicato. Desde que eu comecei a militar no Sindicato e vim construindo essa minha atuação política até chegar a Presidente da CUT Nacional que, pra quem está no movimento sindical, sempre foi um sonho chegar no principal cargo da CUT. E sempre de uma forma que você vai acreditando que é possível, e construindo; as pessoas não me colocariam lá se também achassem que eu estivesse dizendo uma coisa tão errada, tão fora do propósito, tanto que é possível construir esse novo país, essa nova nação, um outro mundo é possível e a partir do nosso papel. Não adianta ficar só pensando num mundo e você não mudar a sua prática, faz discurso de esquerda, mas tem uma prática de direita; faz discurso de revolucionário, mas tem uma prática de século passado, acho que essas coisas é o dia-a-dia que vai fazer você aprender e mudar.

P/1 – E o que você acha do Dieese estar agora fazendo o resgate de sua história através desse projeto?

R – Acho fundamental e essencial. Digo, infelizmente, porque acho que tem muita gente que já foi pra outro plano, pra outro lugar ou pra outra dimensão ou pra qualquer coisa que as pessoas que estão nos ouvindo acreditem, e que poderiam estar aqui tendo esse depoimento de construção. Lógico que nunca é tarde, é sempre tarde quando você pensa nas pessoas que já foram e que poderiam ter deixado um depoimento importante, como nunca é tarde pra começar a ter um resgate da história do movimento operário, do movimento sindical, das pessoas que fazem a luta e organizam esse país de uma forma diferente. Tenho brigado muito por isso inclusive dentro da CUT, a CUT tem que fazer isso de uma forma descontraída, não virar uma coisa chata de fazer, mas muito pelo contrário, uma coisa como essa de buscar depoimentos, de falar com as pessoas, de reconstruir a história, de colocar assuntos de outros elementos que não só o sindical e que as pessoas possam contar um pouco da sua história porque com certeza daqui a alguns anos vai se tornar referência pra estudantes, pra pessoas que estão iniciando no movimento sindical que queriam saber quem falou e que hoje a gente não tem um trabalho desse de pessoas que lutaram em 1950, 1960, 1940 porque, infelizmente, não tínhamos as condições ou financeiras ou políticas ou qualquer coisa que o valha de fazer. Acho muito positivo, espero que outras entidades façam questões semelhantes.

P/1 – O que você achou de ter contado um pouco da sua história pra gente?

R – Acho um momento que a gente normalmente não tem na nossa vida de loucura que a gente fica no dia-a-dia correndo e acaba inclusive não parando pra pensar, refletir e lembrar de coisas como a sua própria história, seja profissional, pessoal ou mesmo a trajetória sindical. Acho que esses são momentos de reflexão importantes pra mim, pessoalmente, ter falado e ter feito aqui uma série de lembranças da minha atuação, como espero que possa ser realmente utilizado, e com certeza será, pra ajudar a construir e a dar força e as pessoas que assistirem perceberem que é possível você ter uma trajetória sindical que não é a mesma de outros companheiros que atuaram em outras áreas e que vieram pra dentro do sindicato e estamos hoje aqui na CUT, na Presidência da CUT, espero continuar no movimento sindical e fazer um projeto parecido com esse, como eu disse, na CUT também, de resgatar as lideranças sindicais ao longo da sua história. Isso é bom pra quem fala, pra quem está aqui assistindo e pra quem vai assistir com certeza será uma oportunidade importante de conhecer a gente melhor.

P/1 – Muito obrigada!